TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**Atos da Presidência****Noticiários****NOTICIÁRIO Nº 10, de 19/03/2020 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COF/SEPLAN**

Em face do contido no Processo SEI 0000922-08.2019.6.08.8000, reconheço a dívida em favor do credor abaixo especificado, referente a ressarcimento de despesas com moradia.

IMPORTÂNCIA RECONHECIDA: R\$ 2.076,65 (dois mil setenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).

CREDOR: DÉBORA NERY SILVA
CPF: 601.968.581-00

DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JÚNIOR
PRESIDENTE DO TRE-ES

Atos**ATO Nº 130, de 27.03.20**

O DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JÚNIOR, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

INTERROMPER, por imperiosa necessidade de serviço, a partir de 31.03.20, a 1ª parcela das férias relativas ao exercício de 2019, da servidora Leila de Almeida Gomes, agendado para o período de 30.03.2020 a 03.04.2020, ficando os 04 (quatro) dias restantes para serem usufruídos no período de 27 a 30.07.20, conforme item 2.5.1 da Ordem de Serviço nº 01 de 22.03.10.

DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JÚNIOR
PRESIDENTE

Acórdãos e Resoluções**Resoluções****RESOLUÇÃO Nº 94, de 19/03/2020**

ASSUNTO: Proposta de alteração da Resolução TRE/ES n. 147/2019, que aprovou Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

PROPONENTE: Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior – Presidente

RESOLVEM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, aprovar a alteração da Resolução TRE/ES n. 147/2019 (Regimento Interno do Tribunal), nos seguintes termos:

Art. 1º – Os incisos III e XIII do art. 11 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. Compete ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral:

(...)

III - assinar os atos normativos administrativos quando submetidos à aprovação pelo Tribunal;

(...)

XIII – assinar as atas das sessões;

Art. 2º – O art. 34 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 34. Observar-se-á, nas sessões, a seguinte ordem de trabalho:

I – verificação do número de Juízes presentes;

II – discussão, votação e decisão dos processos constantes de pauta ou dos que se acharem em mesa, bem como a proclamação dos respectivos resultados, iniciando-se pelos processos adiados e prosseguindo-se com os demais, observada a ordem de preferência a que se refere o art. 36, § 2º, deste Regimento e demais prioridades legais;

III – discussão e votação de matéria administrativa e comunicações ao Tribunal.

Parágrafo único. Por conveniência do serviço, e a juízo do Tribunal, poderá ser modificada a ordem acima estabelecida.

Art. 3º – O art. 42 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 42. Os acórdãos, bem como as resoluções que não se refiram a atos normativos, nos termos do artigo 11, inciso III, serão assinados pelo relator ou pelo juiz que proferir o primeiro voto vencedor.

Art. 4º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 19 de março de 2020.

Des. Samuel Meira Brasill Júnior
Presidente

Des. Dair José Bregunce de Oliveira
Vice-Presidente/Corregedor Regional Eleitoral, em exercício

Dr. Adriano Athayde Coutinho

Dr. Rodrigo Marques de Abreu Júdice

Drª. Heloísa Cariello

Dr. Ubiratan Almeida Azevedo

Dr. Fernando César Baptista de Mattos

Procurador Regional Eleitoral

CORREGEDORIA ELEITORAL

Atos do Corregedor

Provimentos

PROVIMENTO Nº 2 TRE-ES/CRE

Dispõe sobre o atendimento emergencial de pedidos de transferência, revisão ou alistamento eleitoral e define os procedimentos de gestão do cadastro eleitoral a serem adotados no âmbito das Zonas Eleitorais do Espírito Santo, durante o período de suspensão do atendimento presencial de que trata a Resolução TSE n 23.615 e a Portaria n 125 – CRE.

O Senhor Desembargador DAIR JOSÉ BREGUNCE DE OLIVEIRA, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral em exercício, no uso de suas atribuições legais e regimentais e

C O N S I D E R A ~~N~~ **D**e ~~o~~r da Resolução TSE n. 23.615, de 19.3.2020, quanto ao estabelecimento de regime de Plantão Extraordinário, para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciais, com o objetivo de prevenir o contágio pelo COVID 19, e garantir o acesso